

Capítulo 5

Inconclusões ou esperanças

Denise Maria de Oliveira Lima

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LIMA, DMO. Inconclusões ou esperanças. In: *Diálogo entre a sociologia e a psicanálise: o indivíduo e o sujeito* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 247-269. ISBN 978-85-232-1180-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 5

INCONCLUSÕES OU ESPERANÇAS¹³¹

A criança humana é a pior dotada do ponto de vista do instinto, a mais desprovida de recursos congênicos, mas a mais suscetível de educação e a melhor dotada cerebral e mentalmente.

(BALDWIN, 1911)

Podemos ter esperança! Esse sentimento de expectativa – otimista, ilusória ou utópica – foi-nos apontado pelos autores citados nesse trabalho, escolhidos a dedo, exatamente por vislumbrarem uma saída possível em direção à emancipação humana diante da sobredeterminação – social e psíquica – que se impõe ao indivíduo/sujeito, e que, paradoxalmente, o constitui.

¹³¹ Dizia o mestre Florestan Fernandes que a conclusão, em seu caráter aberto, menos do que um fechamento das ideias propostas, deve remeter a novas indagações.

Sergio Paulo Rouanet é um deles. Pudemos encontrar, em suas obras citadas, esse sentimento, **latente**. Em seu ensaio sobre o irracionalismo à brasileira, ao denunciar algumas tendências teóricas, racionais, mas que foram capturadas pelo irracionalismo, apontou-nos uma saída: **a libertação** da hipoteca irracionalista através do pensamento crítico.

A presença de Rouanet nesse trabalho é exemplar, no que se refere ao diálogo possível entre os campos do conhecimento, o qual propicia uma abertura de horizontes para a compreensão de conceitos complexos. Através de suas obras, podemos ver que ele foi um dos que mais contribuíram para o diálogo entre a psicanálise e as ciências humanas. É decisiva, também, porque ele sempre aponta para uma saída, no interesse pela emancipação e autonomia do sujeito humano, para a qual **é preciso investigar os condicionamentos sociais e psíquicos** de sua formação.

Quando trata, em *As razões do iluminismo*, da crise da razão, propõe um novo racionalismo, fundado numa nova razão. Isto porque o conceito clássico de razão deve ser revisto, depois de Marx e Freud, cujos ensinamentos nos mostraram que não podemos mais aceitar a ideia de uma razão soberana, livre de condicionamentos materiais e psíquicos que a constituem.

A razão deve ser consciente dos seus limites, deve perceber o espaço irracional em que se move e **pode, portanto, libertar-se** do irracional, ou seja, não mais tornar-se presa do irracional, por não mais desconhecer os limites internos (psíquicos) e externos (sociais) da racionalidade. Hoje, estamos conscientes de sua vulnerabilidade ao irracional.

Um novo modelo de razão e um novo conceito de crítica **podem combater** todas as instâncias que promovem a infantilização do homem, que impedem a sua maioridade e emancipação. Este é o interesse: **resgatar o homem das tutelas** (seja da religião, seja do estado etc.) para a **conquista de liberdade e autonomia**.

Ainda assim, é possível ser racional e não racionalista, no sentido de que se pode seguir critérios metodológicos científicos e, ao mesmo tempo, defender posições irracionalistas. Diz Rouanet que não há pior irracionalismo do que o produzido em nome de uma razão científica. Para

enfrentar esse impasse, podemos invocar “[...] o *logos* autêntico, que Weber chama de razão substantiva, em oposição à razão instrumental [...]” (ROUANET, 1999, p. 208). Ou recorrer a Habermas, à sua razão comunicativa, em oposição à razão instrumental, sem nos esquecermos de que o novo racionalismo “[...] aprendeu com os dois mestres da suspeita, Marx e Freud, a identificar a presença na razão de tudo aquilo que está a serviço da desrazão [...]”. (ROUANET, 1999, p. 271) Aí está Rouanet, apontando saídas possíveis para a desrazão.

Ele faz uma advertência, tão contundente quanto divertida, ao trazer e analisar *O elogio da loucura*, onde Erasmo de Rotterdã distingue sua personagem principal, a Loucura, em loucura sábia e loucura louca, como vimos no capítulo 3: a “[...] loucura sábia sabe que a sabedoria é louca, e a loucura louca é suficientemente louca para acreditar na sabedoria [...]”. (ROUANET, 1999, p. 296)

Devemos admitir que as mesmas questões que preocuparam Erasmo, no século XVI – a cultura, a tolerância, a liberdade, a paz e a razão – são totalmente válidas para os dias de hoje. Não perderam o prazo de validade. Ainda é e será sempre uma aposta. Aposta que se pode perder, mas que se espera fervorosamente não perder.

Ainda preocupado com a razão, Rouanet trata de examinar, longamente, em sua *Razão cativa*, a consciência, a percepção, o pensamento e as condições de possibilidade do conhecimento, fundamentado na teoria freudiana da defesa – e em especial o recalque – extraído dela uma epistemologia, à luz da qual vai analisar a razão e seus limites. Vejamos como ele indica uma saída possível para a falsa consciência e o conhecimento deficitário:

As diferenças e decalagens cognitivas impostas aos indivíduos em razão de sua posição no espaço social são “superáveis sempre que os indivíduos são inseridos em contextos dialógicos [...] Produzida pela comunicação truncada, a fixação cognitiva em estágios anteriores pode ser superada pela retomada dos processos comunicativos [...]”. (ROUANET, 1985, p. 257)

Se a percepção da realidade está atrelada a processos psíquicos, os quais estão amalgamados com estímulos provenientes do mundo exte-

rior, como é o caso da defesa, ainda assim podem existir mecanismos, apontados por Rouanet, para enfrentar essa determinação, **superando-a, em parte**. Pois ele sempre vê uma saída. É uma característica do seu pensamento trazer o pior, o inexorável, para daí extrair o melhor, o possível, como bom adepto que é de uma utopia realista, tanto irrealizável quanto irrenunciável!

Rouanet constrói uma teoria sistemática das afinidades Benjamin-Freud, a partir de quatro temas freudianos encontrados na obra de Benjamin, com os quais realiza quatro itinerários (ato falho, trauma, sonho e mimesis), todos com duplos movimentos. Assim, ao percorrer a trajetória de Freud a Benjamin e de Benjamin a Freud, para um confronto entre as duas reflexões, está dando uma boa lição para todos os que se interessam pela tarefa de estabelecer diálogos entre a psicanálise e outros campos do conhecimento, ensejando novas produções à luz deste modelo.

Importante ressaltar: Rouanet, ao analisar as várias facetas da problemática benjaminiana – da teoria estética à crítica da cultura – chama nossa atenção para o lapso, para o qual a escuta psicanalítica está atenta, que “[...] recolhe do fluxo do que é dito o fragmento que de outra forma se perderia, e o transforma em indício” (ROUANET, 1990, p. 12). Em outras palavras, pode **abrir caminhos**, como ponto de partida, para Benjamin expressar sua concepção do conhecimento, da crítica, da história e da cultura.

No ensaio *Teoria crítica e psicanálise*, Rouanet examina a aproximação entre a psicanálise freudiana e os pensadores da escola de Frankfurt, procurando a presença, “muitas vezes silenciosa”, das categorias freudianas em cada um dos momentos da reflexão crítica - crítica da cultura, teoria da personalidade e estatuto do conhecimento. A partir desta análise, ele destaca dois conceitos freudianos: o de identificação (que está na base da ideologia e do controle que a sociedade exerce sobre o indivíduo) e o de projeção (que está na base das intolerâncias e do racismo).

O último pensador trazido por Rouanet, nesse livro, é Jürgen Habermas, cujos aportes são valiosos para o encontro entre a psicanálise e as ciências humanas. Um encontro que descortina a dimensão psicanalítica da crítica da ciência, da crítica da cultura e da teoria da comunicação.

A psicanálise, nos diz Rouanet, tem como base, na linguagem de Habermas (para quem em tudo há um interesse), o interesse emancipatório, decorrente da dissolução dos bloqueios à comunicação do sujeito consigo mesmo. Ao sujeito, inicialmente alienado pelos processos de sua constituição, é **oferecida uma oportunidade de desalienar-se**. Oportunidade que se dá, em grande parte, através do trabalho da autorreflexão – lembramos que, incitado no processo de análise, fica mais fácil para o sujeito exercitá-la. E vai mais além, quando torna o sujeito capaz de ver a sua própria alienação.

A dimensão psicanalítica da teoria da comunicação habermasiana, na leitura de Rouanet, traz questões muito interessantes, sob a forma de paradoxos (e esperanças...). Assim, a comunicação deformada, característica da neurose, abrange pressupostos sobre a estrutura de uma comunicação não distorcida. E, a partir da compartimentalização neurótica entre linguagem e comportamento, pode-se inferir, como característica da comunicação normal, a traduzibilidade desses dois planos.

Por outro lado, de uma análise do caráter privado e incompreensível dos símbolos neuróticos, pode-se deduzir o caráter publicamente acessível, compreensível pelos membros de uma comunidade linguística, dos símbolos admissíveis num processo comunicativo normal. Quanto ao olhar aprofundado sobre a incapacidade neurótica de distinguir o mundo objetivo e o subjetivo, o mesmo pode reconstituir, como comunicação não-obstruída, a aptidão para distinguir fantasia do mundo real, ilusão da realidade.

De acordo com a mesma linha de pensamento, ressaltam-se, ainda, as pulsões – fatos vistos como sociológicos e não biológicos. Estas não são concebidas apenas como instrumento de crítica da sociedade que as reprime, mas como potencial para a estrutura comunicativa, sob a forma de **novas interpretações**.

A psicanálise também não é mais invocada com o objetivo de salvar da falsa consciência indivíduos e grupos minoritários, “mas para deflagrar processos de argumentação social em que *todos os interessados* possam,

tendencialmente, participar, com vistas à cristalização consensual da verdade [...]”. (ROUANET, 1983, p. 354)

Essa psicanálise, da qual trata Rouanet, ainda em sua leitura de Habermas, não é aquela apropriada pelos que tentam banalizá-la numa ciência do comportamento, dissolvê-la em arquétipos ou reduzi-la a prescrições. Constitui-se, simplesmente, em uma outra coisa: é a psicanálise de Freud, que, com seus erros e contradições, testemunha, de forma mais radical, **contra a desumanização do homem**.

A teoria crítica é uma reflexão sobre a autonomia e a emancipação, a qual inclui o **conhecimento dos mecanismos sociais e psíquicos** que bloqueiam a autodeterminação humana.

Foi essa linha que inspirou este trabalho para identificar os mecanismos sociais e psíquicos, à luz de Bourdieu, Elias, Freud e, não sem a consciência, explicitada por Rouanet (1983, p. 376, grifo nosso), da

[...] contradição de uma razão que assume tudo o que nela é irracional – os **condicionamentos da história e do inconsciente** – sabendo que esses condicionamentos podem invalidar a objetividade dos seus enunciados [...],

mas que, a partir da “[...] contradição de um saber que se sabe contraditório, prossegue, não obstante, seu itinerário [...]”. (ROUANET, 1983, p. 376)

Em *Interrogações* (2003), no capítulo “Interrogando a psicanálise”, Rouanet nos dá sugestões de dez temas que deveriam ser trabalhados psicanaliticamente. Podemos rever como os estudos apontados por ele seriam da maior importância para um aprofundamento da compreensão e tratamento de fenômenos atuais de nossa sociedade, a saber:

- a) “A moral sexual civilizada”:¹³² criticada por Freud em 1908, esta teria perdido atualmente a sua influência, na era do amor livre? Seria interessante, diz Rouanet (2003, p. 139), “[...] saber se o sexo, tendo-se evadido das malhas do sistema normativo, não teria sido capturado por outra rede, a do mercado [...]”. Teria a “revolução sexual” dos nossos tempos se estendido a todos os países, inclusive aos islâmicos, e a

¹³² Vide *La moral sexual cultural y la nervosidad moderna* (1908).

todas as camadas da população? Estaria havendo um movimento de contra-revolução, com o ressurgimento de um moralismo que vem assolando parte do mundo? Essas dúvidas precisam ser elucidadas, para se descartar, ou não, esse aspecto da *Kulturkritik* de Freud, que responsabilizava a “moral sexual civilizada” pelo “nervosismo moderno” de sua época. Poder-se-ia dizer que a “moral sexual civilizada” de hoje em dia mudou de dono, enquanto o “nervosismo moderno” mudou de nome, passando a ser conhecido como stress?

- b) A questão da emancipação feminina: Freud reconhecia que a posição da mulher era objeto de graves injustiças e advogava por uma igualdade de direitos entre os dois sexos. Afinal, a psicanálise foi construída a partir de uma mulher! O movimento feminista, que de início tinha como bandeira a igualdade de direitos, passou a defender não mais o direito à igualdade, mas o direito à diferença, postulando uma identidade. A psicanálise poderia colaborar com os movimentos feministas, em suas várias orientações, “com vistas, seja a corrigir os desvios teóricos do feminismo, seja a corrigir o alegado estrabismo ‘androcêntrico’ da psicanálise [...]”.¹³³ (ROUANET, 2003, p. 142, grifo do autor)
- c) A questão dos homossexualismos masculinos e femininos: a psicanálise pode ser convocada para esclarecer atitudes homofóbicas, desmascarando-as como defesas provocadas pela angústia, diante de uma homossexualidade latente.¹³⁴ Freud, aliás, sempre manteve a sua

¹³³ Há textos de Freud que muito podem colaborar para essa questão, entre outros: *Sobre un tipo especial de La elección de objeto en el hombre* (1910); *Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia sexual anatómica* (1925); *Sobre la sexualidad femenina* (1931); *La feminidad* (1932), que evidenciam a sua preocupação com as especificidades da sexualidade masculina e da feminina, sem, no entanto, constituir uma “identidade”, pois Freud não trabalhou com esse conceito, e sim com o de “identificação”.

¹³⁴ Freud nos legou textos elucidativos sobre as homossexualidades, entre outros: *Fantasias históricas y su relación con la bisexualidad* (1908); *Comunicación de un caso de paranóia contrario a la teoría psicoanalítica* (1915); *Sobre lapsicogênese de un caso de homosexualidad femenina* (1920); *Sobre algunos mecanismos neuróticos em los celos, la paranóia y la homosexualidad* (1922), fora os *Tres ensayos para una teoría sexual* (1905), onde afirma, já àquela época, que homossexuais não podem ser considerados como “degenerados”, pois há, segundo ele, os que se distinguem por um grande desenvolvimento intelectual e elevada cultura ética.

- teoria da bissexualidade humana (ainda que fosse sugerida por Fliess, seu interlocutor) como base para as futuras identificações edípicas, que vão orientar as “opções sexuais”. Que, de resto, não há nenhuma “opção”, mas, simplesmente, determinação.
- d) O estudo do racismo e da discriminação contra as minorias étnicas, linguísticas e culturais: a psicanálise estará sempre na vanguarda dessa luta. No entanto, suspeita daqueles que fundam sua militância no conceito de identidade – negra, muçulmana, sérvia etc., – em vez de baseá-la na noção universalista do respeito aos direitos do homem. Freud era mais preocupado em dissolver as barreiras entre os homens, do que em acentuar suas diferenças.
- e) A questão da vulnerabilidade do homem moderno à ideologia, que hoje assume nova atualidade, com os avanços das tecnologias de informação e comunicação, no capitalismo globalizado: a psicanálise pode dar sua contribuição, desvendando os mecanismos afetivos inconscientes que explicam a força da ideologia. Do ponto de vista da psicanálise, tais mecanismos determinam o comportamento do indivíduo diante de posições que não lhe são favoráveis, até mesmo diante daquelas contrárias a seus interesses.
- f) A existência, ou não, de correlação entre estruturas de personalidade e opções políticas: a psicanálise poderá contribuir para desvendar paradoxos já estudados por Adorno, a partir dos quais se considera que nem sempre personalidades autoritárias “optam” por posições políticas autoritárias e vice-versa. Além disso, também poderá contribuir para o estudo das personalidades autoritárias, em todas as classes sociais, enriquecendo o debate sobre diversas questões a exemplo de: Como se formam? O que as sustenta?
- g) A questão do personalismo que caracteriza nossa prática política, na qual as personalidades contam mais do que os partidos: incluindo-se, aqui, o fenômeno do populismo. Sobre este fenômeno, especificamente, Rouanet afirma não ter notícia de nenhum estudo psicanalítico. Mas pondera, no entanto, que “[...] além dos seus evidentes aspectos

sociológicos, é, em grande parte, redutível ao tema absolutamente freudiano da exteriorização num líder carismático do ideal de Ego de grande parte da população [...]”. (ROUANET, 2003, p. 149)

- h) A proliferação das seitas: a psicanálise poderia contribuir para o entendimento desse fenômeno, um dos mais significativos dos nossos tempos. Freud acreditava que o avanço científico e a razão, ainda que não pudessem eliminar a infelicidade humana, poderiam dar fim às mais variadas formas de obscurantismo, inclusive o religioso. Embora isso não tenha acontecido, um argumento freudiano se confirma: de fato, o papel da religião serve à compensação imaginária, enquanto o papel do pai se sobrepõe aos membros da comunidade dos adeptos. O declínio do nome do pai, como estudado pelos psicanalistas, não se daria nessa relação entre as “igrejas” e seus cooptados.
- i) A crescente onda de violência: a psicanálise terá que estar presente para explicar um dos fenômenos mais angustiantes do mundo contemporâneo, o da violência. Um tema que está relacionado com o cruzamento entre a pulsão agressiva individual com as estruturas externas de poder e com um ordenamento social baseado, ele próprio, na violência.
- j) A rejeição à psicanálise: a psicanálise da cultura não pode recuar diante da mais paradoxal de suas tarefas, a de entender psicanaliticamente as razões que levam a cultura a rejeitar a psicanálise, que seria, essencialmente, um fenômeno de resistência. Se muitas críticas à psicanálise podem e devem ser feitas, nem por isso merecem ser desqualificadas como uma simples resistência, embora a explicação de Freud continue válida: a resistência, se for considerada universal, deve variar, a depender do contexto cultural de que se trate.

São essas as propostas de Rouanet para que se faça um diálogo entre a psicanálise e temas atuais da cultura, detalhadas no capítulo 3. São temas bem recortados, específicos, embora de longo alcance teórico. Mas não posso deixar de mencionar que ele defende, várias vezes, em seus estu-

dos, que os condicionamentos sociais e psíquicos do ser humano devem ser examinados. Essa é a minha aposta e minha colaboração.

Tentei destacar, nessas considerações finais, no que diz respeito à contribuição de Rouanet, aspectos que evidenciam o tenso e ao mesmo tempo harmonioso diálogo entre a psicanálise freudiana e as ciências humanas. Ele fez, mais do que qualquer autor de que eu tenha conhecimento, essa aproximação. E o fez com o intuito de mostrar como podemos ampliar nosso saber a respeito da sociologia do conhecimento, dos limites impostos à percepção e ao pensamento (com tudo o que isso implica, ou seja, a internalização das ideologias, a interação dos indivíduos em sua vida social etc.). Ele referiu-se, em acréscimo, aos *mecanismos possíveis* de superação (ao menos em parte) desses limites, tendo em vista o interesse na emancipação, na liberdade e na autonomia dos seres humanos.

A emancipação, a liberdade e a autonomia, se estas são metas desejáveis, podem ser colocadas no nível da dimensão utópica da qual fala Rouanet: algo que permita uma autotranscendência, em direção ao que não é alcançável. Mas, por ser uma utopia, é irrenunciável, na medida em que sem ela não teríamos um princípio regulador. É um farol, na medida em que ilumina. Mas é apenas um farol, não podemos alcançá-lo, embora temos que persegui-lo, pois, apesar de ser irrealizável, é irrenunciável.

Quantos poetas já falaram disso! O que seria a vida sem o sonho? Tal pergunta não surpreende os leitores de Jorge Luis Borges.

Minha tentativa de contribuir para tal interesse – ou tal utopia – como agente que transita entre dois campos disciplinares, encontrou uma fundamentação, baseada em alguns elementos epistemológicos e metodológicos que implicam uma abordagem paradigmática para a construção metodológica do objeto de pesquisa: a teoria da complexidade, tendo como bússola o conceito de sobredeterminação, latente em Edgar Morin e em Ilya Prigogine e explícito em Sigmund Freud.

Com Morin, podemos argumentar, através dos paradoxos contidos na teoria da complexidade, formulados como princípios que guiam os processos cognitivos, que:

1) Pelo princípio sistêmico, que consiste na ideia de que o todo é mais e menos do que a soma das partes: a sociedade não é a soma dos seus membros, é mais, e menos. 2) Pelo princípio hologramático, que consiste na ideia de que a parte não está somente no todo, como o todo está inscrito na parte: o indivíduo/sujeito está inscrito na sociedade em que vive, assim como esta está inscrita nele. 3) Pelo princípio do ciclo retroativo, que consiste no rompimento da causalidade linear, isto é, a causa age sobre o efeito e o efeito age sobre a causa: o indivíduo/sujeito age sobre a sociedade e a sociedade age sobre ele. 4) Pelo princípio do ciclo recorrente, que consiste na ideia de que os produtos e consequências são, eles próprios, produtores e originadores daquilo que produzem: o indivíduo/sujeito é um produto da sociedade, mas, também, originador dela. 5) Pelo princípio da autoeco-organização, que consiste na ideia de que a autonomia dos seres vivos é inseparável de sua dependência: o indivíduo/sujeito pode conquistar uma certa autonomia, embora inseparável de sua dependência da sobredeterminação social e psíquica que o constitui. 6) Pelo princípio dialógico, o qual consiste na ideia de que os antagonismos são complementares, ao mesmo tempo em que permanecem enquanto tais, permitindo que aceitemos noções contraditórias para a concepção de um fenômeno complexo: aqui vemos claramente Freud, Rouanet, Elias e Bourdieu! 7) Pelo princípio da reintrodução do conhecido em todo conhecimento, que consiste na ideia de que todo conhecimento é uma reconstrução por uma inteligência em uma cultura e em um tempo determinados: todo o percurso deste ensaio demonstra, de forma latente ou manifesta, essa ideia.

O conceito de sobredeterminação tem um contraponto: o objeto complexo, que é múltiplo, plural, emergente, submetido a funções não-lineares de determinação e, por isso, não previsível; é aquele que pode ser apreendido em múltiplos estados de existência, pois opera em distintos níveis da realidade, ou seja, é “[...] multifacetado, alvo de diversas miradas, fonte de múltiplos discursos, extravasando os recortes disciplinares da ciência [...]”. (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 38) O objeto complexo que tentei construir – indivíduo/sujeito – tem todas essas características

(a psicanálise nunca se comprometeu com a previsibilidade, por exemplo) e pode ser visto como um *signpost*, conceito aberto, provisório e por isso sugestivo e inspirador. O que não quer dizer vago ou confuso, conforme o pensamento de Bourdieu sobre a virtude heurística dos conceitos abertos: “[...] às vezes imprecisos e obscuros, mas evocadores, denunciam o efeito de fechamento das noções demasiado bem construídas, das definições prévias e outros falsos rigores da metodologia positivista [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 49)

O objeto complexo, portanto, o indivíduo/sujeito é – tal como delimiti essas duas dimensões do ser humano (social e psíquica) – sobredeterminado pelos condicionamentos sociais e pelas determinações psíquicas inconscientes, ou seja, sobredeterminado pelos **mecanismos sociais e psíquicos** os quais, ao mesmo tempo em que bloqueiam a autodeterminação humana, são constituintes de sua condição. E a aposta será a indicação de uma saída possível no rumo de uma liberdade ou de uma emancipação, ainda que muito relativas.

Como tive a pretensão de transitar entre dois campos disciplinares, a sociologia e a psicanálise, proponho uma fronteira de articulação e de convergência entre elas. Para melhor compreender o objeto complexo indivíduo/sujeito, tentei delimitar cada um desses campos. Fundamentada nas obras de autores com os quais tenho alguma identificação, reafirmo o propósito de reunir a multiplicidade de visões que podem ilustrar o pensamento complexo. E mais, os pontos de intersecção, ainda que não aparentes, das várias abordagens e vieses.

Surge, aqui, uma questão que se refere a um paradoxo na psicanálise, a saber: o de tratar o humano em sua mais extrema singularidade, ao mesmo tempo em que o trata, também, na mais ampla universalidade. Esta transição se dá pelo procedimento, usado por Freud em sua argumentação, de recorrer ao patrimônio cultural para assegurar esta passagem do singular ao universal. Já temos uma forte ligação da psicanálise com a sociologia, na medida em que este “cultural” é o social. Mas o movimento contrário também se dá, ao tomarmos o universal “indivíduo”, da sociologia, e empreendermos uma aná-

lise que focaliza **um** indivíduo, perdido no meio da multidão, para passarmos a compreendê-lo em sua singularidade, tal como faz a psicanálise.

Destacado do meio social onde está inserido, esse singular ser humano é provido de um inconsciente, conceito que veio resultar em uma divisão indelével do sujeito. Este deixa de ser entendido como um todo unitário, identificado com a consciência, sob o domínio da razão, para ser uma realidade dividida em dois grandes sistemas – o inconsciente e o consciente – e dominada por uma luta interna em relação à qual a razão é apenas um efeito de superfície.

Vimos que a determinação do inconsciente quer dizer o seguinte: longe de sermos senhores do nosso pensamento, **somos habitados** por outro que pensa **em** e **por** nós. Nossas escolhas também são determinadas inconscientemente. E se não somos livres, **é a partir desta constatação da não-liberdade que fundamos a sua possibilidade**, ou seja, ao aceitar o desafio dessa liberdade restritiva, podemos determinar algo de nosso destino, com responsabilidade e certa liberdade – esta, **conquistada**.

Ao trazer a delimitação dos campos da psicanálise e da sociologia, antecipei, de certa forma, visões teóricas extraídas do seu interior, nas quais o indivíduo/sujeito está inserido. Explicito melhor, a seguir.

Esse ser humano singular, no entanto, interessa não apenas à psicanálise etc., mas também à sociologia. Diz Elias que há uma tendência à ideia de que os sociólogos lidam com problemas sociais e não deveriam se ocupar com problemas dos indivíduos. Esta separação entre indivíduo e sociedade não funciona bem, diz Elias, são apenas “axiomas fossilizados”.

As sociedades não são nada além de indivíduos conectados entre si; cada indivíduo é dependente de outros, de seu amor, de sua língua, de seu conhecimento, de sua identidade, da manutenção da paz e de muitas outras coisas. [...] E um conflito entre dois seres humanos, por mais que possa ser algo único e pessoal, pode ser ao mesmo tempo representativo de uma luta entre diversos estratos sociais, remontando a várias gerações. (ELIAS, 2006, p. 70)

Lembremos, ao modo durkheimiano, que, ao nascer, o indivíduo já encontra maneiras de pensar, agir e sentir (instituições, regras morais,

crenças, modas, códigos de gosto etc., transmitidas por gerações anteriores), e, portanto, existem fora dele – dotadas de um poder imperativo e coercitivo que se lhe impõem, quer queira ou não. Isto é, encontra-as inteiramente formadas e não consegue impedi-las de existir.

Vemos, como exemplo, a educação das crianças, que consiste na imposição de maneiras de ver, pensar, sentir, agir, que dão lugar aos hábitos, em qualquer cultura de que se trate. “Vítimas de uma ilusão, acreditamos ser produto de nossa própria elaboração aquilo que nos é imposto do exterior [...]”. (DURKHEIM, 1977, p. 4)

Ora, aqui se dá, também, um ponto de convergência entre a sociologia e a psicanálise, já que a instância do Id contém, para Freud, um registro filogenético, ou seja, a história da cultura humana. Se o indivíduo, ao nascer, já encontra as marcas de sua cultura já estabelecidas, traz, por sua vez, ao nascer, em seu aparelho psíquico, todas essas marcas.

Na visão de Simmel, os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos, desfeitos e refeitos. Todas essas milhares de relações são praticadas de pessoa a pessoa e nos unem, sejam elas momentâneas, duradouras, conscientes ou inconscientes, em toda uma variedade policromática dessa vida social tão clara e tão misteriosa.

Ao assumirmos um ponto de vista a respeito dessa questão, com certo distanciamento, podemos perceber os indivíduos, enquanto tais, desaparecendo. E, em seu lugar, nos é revelada a imagem de uma “sociedade” que é um constructo teórico, independente dos membros que a compõem. Para Simmel, os objetos são estabelecidos por meio de processos de abstração, ou seja, sob a égide de conceitos determinados, que “[...] retiram da realidade formas sintéticas e nelas descobrem leis e evoluções, enquanto essas formas não existem como algo que possa ser experimentado isoladamente [...]”. (SIMMEL, 2006, p. 19)

Entendemos que o ser humano, em todas as suas expressões, é determinado pela interação que faz com outros seres humanos. E que isso deve levar a um modo de *observação* a partir das formações que se produzem na relação recíproca entre eles, sem que possam vir a ser deduzidas do indivíduo observado em si mesmo. Podemos perceber, portanto que a produção

de fenômenos, através da vida social, se dá pela contiguidade de indivíduos que agem uns sobre os outros e também por meio da sucessão das gerações, “[...] cujas heranças e tradições se misturam, indissociavelmente, com as características próprias do indivíduo [...]”. (SIMMEL, 2006, p. 21)

Da mesma forma, quando assumimos um ponto de vista, com certo distanciamento, podemos perceber a sociedade desaparecer. E, em seu lugar, nos é revelada a imagem de um sujeito único, absolutamente singular, assim como suas impressões digitais, que se inaugura em si mesmo, ainda que constituído socialmente.

Outro ponto de convergência da sociologia e da psicanálise: se o ser humano é determinado pela interação com outros seres humanos – e Freud sustentou isso durante todo o seu ensino, tratando-se de um axioma da psicanálise – como explicar a singularidade de cada sujeito humano, “as características próprias, únicas, do indivíduo”, a não ser pela psicanálise?

Penso ter dado aos termos **indivíduo** e **sujeito**, tal como os utilizei, uma delimitação precisa, ainda que consciente e advertida de que esses dois termos são usados na psicanálise, na sociologia, na filosofia etc., com diversos sentidos. Com a ajuda de Freitag, consegui clarear o conceito de indivíduo tal como pretendia, sem considerá-lo em oposição ao conceito de sujeito, mas em complementação. Melhor dizendo, mais que em complementação, está em uma relação de amalgamento.

Cada indivíduo é um representante singular da espécie humana, que potencialmente é dotado de razão. Apesar das diferenças de cor, religião, classe social, nacionalidade, existe uma natureza humana comum a todos os homens [...]. (FREITAG, 2001, p. 19)

O indivíduo, para que seja um representante da espécie humana, pode e deve ser educado, socializado – é uma condição *sine qua non*.

Usei o termo **sujeito** para designar a dimensão psíquica do ser humano, estudada pela psicanálise. A partir da qual temos o sujeito dividido, o sujeito que desconhece a si próprio, o sujeito inconsciente, sobre-determinado em sua vida mental, pelos sistemas consciente/inconsciente,

pelas instâncias do Eu, Supereu e Id, pelo princípio do prazer e da realidade, pelas pulsões, pelo recalque, pela resistência, pelas identificações etc.

Para tratar dos condicionamentos sociais do indivíduo, como vimos, recorri ao conceito de *habitus*, formulado por Pierre Bourdieu e por Norbert Elias.

Diria que há diferenças substanciais de conceituação do *habitus* nestes autores. Bourdieu focaliza o agente e como este adquire socialmente (família e escola, especialmente) o seu sistema de percepção, apreciação, classificação, preferências, gostos. Estruturas cognitivas duradouras, ainda que não definitivas – que organizam a sua ação no espaço social onde está posicionado. Bourdieu usa esse conceito, portanto, do lado indivíduo/sujeito, no sentido de uma distinção.

Elias focaliza os membros de uma sociedade dada, o povo de uma nação, o conjunto de pessoas imersas nas redes de interpenetrações, interdependências e figurações. Pessoas que habitam um espaço delimitado geográfica, histórica e politicamente, vinculado ao processo de formação e de desenvolvimento de um Estado. Elias usa tal conceito, portanto, no sentido de hábitos de comportamento coletivo, tipo “os brasileiros curtem a novela (mulheres), o futebol e o carnaval”.

Podemos pensar, ao modo dos antagonismos que se complementam, que os conceitos de *habitus*, em Bourdieu e em Elias, se relacionam e se interpenetram. E mais: que se configuram para que, a partir desta composição, possamos entender melhor como se incorporam socialmente os modos de perceber, de pensar e de conhecer a realidade interna e externa. Esses modos são comuns aos indivíduos que pertencem ao mesmo tempo, ao mesmo lugar, à mesma nação (Elias) e, ao mesmo tempo, distinguidores, no sentido em que se opera uma distinção (Bourdieu).

Podemos compreender, através do *habitus*, como se dão as relações entre as pessoas, seus sistemas de pensamento, suas escolhas na vida, seus gostos, suas predileções. Vamos mais além, – e isso é muito importante – constatando como a educação pode transformar as pessoas, ao provê-las de boas escolas, de uma “pedagogia de qualidade”, como diz Freitag (2001), as quais podem ensinar crianças e adultos a pensar criticamente.

E a se relacionar, respeitosamente, uns com os outros, ainda que diferentes de si próprios.

Com Elias, podemos entender que fazemos parte de uma nação, em um dado momento histórico, que passou por processos de civilização, ao longo dos séculos, que foi sedimentando nossos *habitus*; que somos herdeiros intelectuais de gerações anteriores, num processo de longa duração. E que, nesse processo de civilização, fomos submetidos às instâncias individuais de autorregulação (controle das pulsões, por exemplo), que interferiram em nosso entendimento das coisas, na consciência, no Eu, no Supereu e na capacidade de nos identificarmos com os nossos semelhantes.

Aqui, surgiu a pergunta: por que pessoas que incorporam *habitus* similares, têm a mesma família, a “mesma educação”, ocupam os mesmos espaços sociais, têm oportunidades iguais, podem se tornar tão e radicalmente diferentes? E mais: como as disposições constitutivas do *habitus* são inculcadas no indivíduo? Como esses esquemas de percepção, de apreciação, os princípios de classificação, de visão – incorporados socialmente pelo indivíduo –, são transformados em disposições intrapsíquicas? Como explicar essa passagem de fatores da realidade externa em realidade interna? Todos os estudiosos da educação podem responder a essas indagações.

Mesmo levando-se em (alta) conta os processos de aprendizagem, ainda assim resta uma questão, que aponta para as disposições constitutivas do *habitus*, inculcadas aos indivíduos plurais: acontece que estas *são assimiladas de modos diferentes pelos indivíduos singulares*.

Podemos ver aqui como o diálogo com a psicanálise pode trazer uma luz a essa questão. Ao decompor o conceito de indivíduo, plural – condicionado pelo *habitus* - pelo uso das categorias de percepção, pensamento e conhecimento da epistemologia freudiana, podemos chegar ao indivíduo singular, que denomino de sujeito.

E não somente isso. Postulei, também, que o sujeito, em Freud, consiste das três instâncias, a maior parte delas inconsciente – entrelaçadas, **em cooperação e em conflito** - do aparelho psíquico: Eu, Supereu e Id com todos os seus princípios reguladores; instâncias intrapsíquicas, mas cons-

tituídas, ao menos as duas primeiras,¹³⁵ pela realidade externa, ou seja, pela sociedade na qual o sujeito está inserido.

Após ter descrito os sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente e as instâncias do Eu, do Id e do Supereu, com tudo o que implica a sua constituição e funcionamento: identificação, corpo, pulsões, princípio da realidade e princípio do prazer, realidade externa etc., cheguei à interpretação seguinte, fundamentada nas palavras do próprio Freud:

“O Eu é uma pobre criatura submetida a uma tripla servidão, que sofre com as ameaças de três perigos: do mundo exterior, da libido do Id e do rigor do Super-eu [...]”. (FREUD, 2011, p. 70) Aqui, vemos que a liberdade possível convive com a servidão.

Mas... O Eu se enriquece com suas experiências vividas no mundo exterior; se o Id é o seu outro mundo exterior, que ele tenta subjugar, também retira libido do Id e transforma investimentos objetivos em configurações do Eu; se é cruelmente submetido pelo Supereu, também com sua ajuda é que pode absorver as experiências pré-históricas armazenadas no Id.

Como entidade fronteira, o Eu quer mediar entre o mundo e o Id, tornando o Id obediente ao mundo e, com sua atividade muscular, fazendo o mundo levar em conta o desejo do Id [...]. (FREUD, 2011, p. 70)

Frente às duas espécies de pulsões – de vida e de morte – o Eu não se mantém imparcial:

Com seu trabalho de identificação e sublimação ele presta ajuda aos instintos de morte na subjugação da libido, mas arrisca-se tornar-se objeto desses instintos e mesmo perecer. A fim de prestar esse auxílio, teve de encher-se ele próprio de libido; com isso torna-se ele mesmo representante de Eros, e quer então viver e ser amado. (FREUD, 2011, p. 71)

Foi com essa frase de Freud que coloquei um ponto final nessa questão sobre o sujeito: essa “pobre criatura” que nada sabe sobre si mesmo, sobre-determinado por tantos fatores, que tem, como realidade última, o desam-

¹³⁵ O Id, sede das pulsões, reservatório da libido, é cego em relação à realidade exterior, mas paradoxalmente, Freud (2011, p. 70) afirma que é também uma instância filogenética, na medida em que contém as marcas culturais de séculos de gerações precedentes.

paro, a vontade de viver e de ser amado. Disso retira a sua fraqueza e a sua força. Disso retira a sua doçura e a sua agressividade. Sua generosidade e mesquinhez. Não estou dizendo ou, mas e, conjunção. Ninguém escapa.

No caso de obter-se fraqueza ou força etc., indagaríamos se as disposições constitutivas do *habitus* poderiam explicar essas direções. Neste ponto, temos o entrelaçamento entre os condicionamentos sociais, explicitados pelo conceito de *habitus*, e as determinações psíquicas do sujeito, que se somam para concebermos o objeto complexo: a sobredeterminação do indivíduo/sujeito humano.

Voltemos à questão colocada antes: as disposições (que envolvem, poderíamos dizer, todo um conjunto que forma a personalidade, o caráter, o estilo, a ética etc. do indivíduo) são inculcadas pelas instituições e agentes, na linguagem de Bourdieu, pelas quais o indivíduo é **contingentemente** submetido.

Mas a **assimilação** dessas disposições é feita de modo completamente diferente, de pessoa a pessoa. O que remete a outra questão: como decompor o indivíduo universal para chegarmos ao sujeito singular? Reformulando a questão: da cultura – herança não biológica, porém transmitida tanto quanto esta – o indivíduo, pelo processo de aprendizagem, em nossos termos, pela aquisição do *habitus*, adquire sua condição de humano, imerso em redes de configurações sociais, nas quais foi inserido e se insere. O que vai assimilar, no entanto – dentre incontáveis possibilidades oferecidas no contexto cultural em que vive, dentre uma pluralidade de relações possíveis – depende de seu equipamento interno, de algo que lhe é próprio, irreduzível, singular. Como podemos explicar isso?

Pelo conceito de identificação.

Creio que não há necessidade de repetir tudo o que já foi dito sobre a identificação. Apenas alguns tópicos se fazem necessários para explicitar essa aproximação:

- 1) A identificação é constitutiva do inconsciente e precipita (o termo foi usado no sentido da química: um corpo se deposita por precipitação

quando nasce, sólido e insolúvel, numa fase líquida) as instâncias do Eu e do Supereu.

- 2) A identificação é sempre introjetiva: é do outro que se recebe a sua marca, um outro que se impõe, não é buscado.
- 3) Se o outro opera no sujeito, observamos o caráter alienante da identificação.
- 4) A identificação é um processo altamente delimitado, não é maciço, pois implica constituir-se por um traço tomado do outro e não copiar o outro. Isto é, há um caráter do exemplar e não de um modelo a imitar.
- 5) A identificação (o querer ser) possibilita a escolha de objeto (o querer ter): a identificação aspira a conformar o Eu analogamente ao outro tomado como modelo exemplar e a escolha de objeto diz respeito a ter o outro para si.
- 6) Freud distingue três tipos de identificação: primária (primeira identificação, simbólica, enigmática, mítica, feita com a ordem do pai, ordem da cultura, que se cristaliza na percepção da imagem do outro), melancólica (baseada na perda do objeto, com o qual o Eu se identifica para suportar essa perda) e histérica (capacidade de colocar-se na mesma situação do outro, quando o sujeito descobre em si um traço comum com outra pessoa qualquer; está na base da relação entre os membros de uma sociedade).

Gostaria de acentuar que o conceito de identificação contém, em si, uma mistura do social e do individual, ao ponto de eliminar todo o confronto entre um interior e um exterior. Vêm do outro, da alteridade, os traços tomados pela identificação que vão tornar possível a existência do sujeito. Diferentemente do processo de imitação, que conserva uma exterioridade, no processo de identificação há um amalgamento do interior e do exterior, talvez comparável ao processo da mimesis, tratado no capítulo 3, no qual Rouanet estabelece os pontos de convergência entre este conceito e as ideias de Benjamin. E vai buscar, num texto de Freud sobre a telepatia, correlações com sua

teoria da linguagem, que resultam na teoria benjaminiana da mimesis, que se manifesta na linguagem, na arte e na crítica da cultura.

É a partir desta suposição – das identificações múltiplas e sucessivas – que podemos compreender a singularidade do sujeito humano. Primeiro, porque os modelos com os quais se identifica são diferentes na vida de cada um (pais, familiares, professores, amigos, pais de amigos, leituras, escolas etc.).

E, segundo, mais importante, porque, diante de tantos traços que esses modelos possuem, apenas um é tomado. Identificação a um traço unário, disse Freud. Observa-se, então, que um mesmo pai ou professor, para dois irmãos, por exemplo, pode e não pode ser um objeto de identificação para cada um deles, na medida em que depende também da maneira como são tratados – um e outro irmão – pelo mesmo pai ou professor, que também têm suas respectivas identificações.

Isso explica porque dois gêmeos univitelinos podem ser tão diferentes. A literatura e o cinema nos dão uma infinidade de exemplos. Assim como os anais psiquiátricos e psicanalíticos.

Para finalizar, é a partir desta constatação da não-liberdade – tanto no que se refere aos condicionamentos do *habitus* quanto às determinações inconscientes – que fundamos a sua possibilidade. Ao aceitar o desafio dessa liberdade restritiva, podemos determinar algo de nosso destino, com responsabilidade e certa liberdade – esta, conquistada. A constatação da sobredeterminação funda a possibilidade de se escapar, pelo menos um pouco, de sua ação.

É por sabermos desses limites que, talvez, possamos ultrapassá-los, não sem um grande esforço, com toda a consciência de que essa empreitada é possível e impossível, ao mesmo tempo. Não há como livrar-nos do risco de estarmos pensando sob todo um determinismo que condiciona esse pensamento.

Mas, simultaneamente, devemos nos lembrar da música, da poesia, da literatura, que escapam, enigmaticamente, ao determinismo: os avós de Saramago eram analfabetos;¹³⁶ Beethoven teve uma infância infeliz,

¹³⁶ Em sua palestra, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1998, Saramago disse que a pessoa mais sábia que conheceu em toda a sua vida era analfabeta. Referia-se ao seu avô, criador de porcos, em uma pequena província de Portugal.

pois era obrigado pelo pai, alcoolista, a estudar música, aos quatro anos de idade, para ser arrimo de família; os geniais *jazzmen* americanos não sabiam ler uma partitura; Rimbaud era um homem violento, embora poeta sensível, e assim por diante. Temos infindáveis exemplos.

Uma vez preocupada com os limites que se impõem à nossa liberdade de pensamento, de conhecimento, de escolhas e de ação, não estou menos comprometida com a responsabilidade que podemos e devemos ter frente às determinações.

Freud foi incisivo quanto à questão da responsabilidade.

Em seu texto *La responsabilidad moral por el contenido de los sueños*(1925),¹³⁷ Freud se pergunta: É preciso assumir a responsabilidade pelo conteúdo dos sonhos, considerando que a maioria deles,

[...] os inocentes, os isentos de afeto e os sonhos de angústia, resultam ser, uma vez anuladas as deformações impostas pela censura, satisfações de desejos imorais: egoístas, sádicos, perversos, incestuosos? (FREUD, 1973y, p. 2894)

Na perspectiva metapsicológica, o recalçado, o negado, não pertence ao meu Eu – desde que eu seja um ser moralmente inatacável. Mas pertence a meu Id, sobre o qual cavalga meu Eu. Que se desenvolve também a partir do Id, que não é mais do que uma parte dele periférica, especialmente modificada pela percepção da realidade exterior. E, portanto, está subordinado às suas influências, obedece aos impulsos que partem do Id. Não há como separar o Eu do Id, são entrelaçados.

Além disso,

[...] de que me serviria ceder à minha vaidade moral pretendendo decretar que em qualquer valoração ética de minha pessoa me estaria permitido desdenhar todo o mal que há no Id sem necessidade de responsabilizar o Eu por seus conteúdos? (FREUD, 1973y, p. 2895)

¹³⁷ Tradução da Ed. Biblioteca Nuova, de 1973. Tradução nossa.

Com os aportes da psicanálise, devemos assumir a responsabilidade por tudo o que está presente em nosso psiquismo, seja consciente ou inconsciente.

O narcisismo do homem deveria conformar-se com o fato de que a deformação onírica, os sonhos angustiosos e os punitivos, representam outras tantas provas de sua essência moral, provas não menos evidentes que as proporcionadas pela interpretação onírica em favor da existência e a força de sua essência má. Quem desconforme com isso queira ser melhor do que foi constituído, tente chegar na vida mais além da hipocrisia ou da inibição. O médico deixará para o jurista a tarefa de estabelecer para os fins sociais uma responsabilidade arbitrariamente restringida ao Eu metapsicológico. (FREUD, 1973y, p. 2895)

A formação em psicanálise nos ensina esse paradoxo: as determinações inconscientes são involuntárias, vindas de outro lugar, mas por elas somos responsáveis. Não escolhi o meu destino, mas sou responsável por ele. Essa é uma bonita lição da psicanálise. Lembra um pouco a célebre frase atribuída a Sartre, que diz: “Não importa o que a vida fez de mim, mas o que eu faço com o que a vida fez de mim!” Talvez devêssemos não mais falar em liberdade (conceito delirante?) mas em **libertação**, que pode levar a uma certa emancipação e autonomia. Se a liberdade é impossível, a libertação dos grilhões é possível, para nos dar alguma margem de liberdade de escolha e de ação, pelas quais somos sempre responsáveis.